

As resistências das camponesas do MMC/SC ao modo hegemônico de produção

The Resistances of the Rural Women of MMC/SC to the Hegemonic Mode of Production

Las resistencias de las campesinas del MMC/SC al modo hegemónico de producción

Wladimir Teixeira Schuster

<https://orcid.org/0000-0001-5375-2589>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Francisco Beltrão, Paraná, Brasil

Roseli Alves dos Santos

<https://orcid.org/0000-0002-4220-2044>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Francisco Beltrão, Paraná, Brasil

Resumo: Este artigo, baseado em reflexões teóricas de diferentes pesquisadores e na fala das participantes do Movimento de Mulheres Camponesas, tem por objetivo analisar a importância dos conhecimentos/saberes tradicionais e da agroecologia no processo de resistência das camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC) ao modo hegemônico de produção. Partindo do pressuposto que as camponesas do MMC/SC buscam construir um novo modo de produção e que, essa transformação só terá possibilidade na medida que venha de classes que estejam à beira, na porção mais excluída, é que essas considerações ganham corpo e tornam-se pertinentes na atualidade. As discussões apontam para mais um passo na direção deste porvir.

Palavras chave: Conhecimentos tradicionais, agroecologia, resistência ao capitalismo.

Abstract: This article, grounded in theoretical reflections from various researchers and the perspectives of participants in the Movimento de Mulheres Camponesas (Rural Women's Movement), aims to analyze the importance of traditional knowledge and agroecology in the resistance efforts of rural women from the Movimento de Mulheres Camponesas of Santa Catarina (MMC/SC) against the hegemonic mode of production. Based on the premise that the MMC/SC rural women seek to build a new mode of production – and that this transformation can only occur if it originates from marginalized, excluded classes – these considerations become increasingly relevant in the present context. The discussions suggest a further step toward this future vision.

Keywords: Traditional knowledge, agroecology, resistance to capitalism.

Resumen: Este artículo, basado en reflexiones teóricas de diferentes investigadores y en las opiniones de las participantes del Movimiento de Mujeres Campesinas, tiene como objetivo analizar la importancia de los conocimientos/saberes tradicionales y de la agroecología en el proceso de resistencia de las campesinas del Movimiento de Mujeres Campesinas de Santa Catarina (MMC/SC) frente al modo hegemónico de producción. Partiendo del supuesto de que las campesinas del MMC/SC buscan construir un nuevo modo de producción, y que esta transformación solo será posible en la medida en que provenga de clases situadas en el margen, en la porción más

excluída, es que estas consideraciones cobran relevancia y se vuelven pertinentes en la actualidad. Las discusiones apuntan hacia un paso más en dirección a este porvenir.
Palabras clave: Conocimientos tradicionales, agroecología, resistencia al capitalismo.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que tem por objetivo a construção de uma sociedade onde todos possam viver com dignidade e igualdade (MMC, 2021). Trata-se de um movimento que promulga as perspectivas da sociedade socialista a ser construída a partir das fissuras da sociedade capitalista. Assim, há uma disputa de concepção de modo de produção pois a sociedade na qual estamos inseridos tem um contexto que dificulta a reprodução de tudo aquilo que não seja seu espelho, onde a emancipação e a liberdade não devem colocar em risco o *status quo* do modelo hegemônico, ou seja, unidimensionalidade que forma o homem unidimensional (Marcuse, 1982).

Entretanto, segundo o movimento, o objetivo de suas ações é a mudança do modelo hegemônico de produção, é construir o comunismo. Neste sentido, suas atuações convertem-se em meios para esse propósito. Onde o futuro é o resultado das construções realizadas no tempo presente. Sendo, a organização das camponesas uma forma de estabelecer laços direcionados, antagônicos ao capital e/ou sistema capitalista. Tal organização também pode ser medida pela intensidade da partilha, material e espiritual (Comitê invisível, 2013). Uma das formas de resistência ao capital se dá através da afirmação da diversidade do humano em oposição a dominação das coisas, do dinheiro e da mercadoria (Menegat et al., 2015).

Neste contexto, quando as camponesas do MMC/SC se unem para produzir de forma agroecológica, com base nos conhecimentos tradicionais construídos tanto por elas como por seus antepassados estão praticando resistência e enfrentando modo de produção convencional (baseado no uso de agrotóxicos, insumos químicos e transgênicos), travando um combate hercúleo contra a estrutura capitalista e buscando romper com o modelo homogeneizante predominante no rural brasileiro. Neste sentido, o texto aborda a importância dos conhecimentos/saberes tradicionais e da prática agroecológica no processo de resistência ao sistema hegemônico de produção. Em relação a sua estrutura, o texto está dividido em três partes, a primeira aborda as questões pertinentes aos conhecimentos/saberes tradicionais, a segunda é relacionada a agroecologia e a terceira refere-se às considerações finais.

AGROECOLOGIA, MULHERES CAMPONESAS: CONHECIMENTOS/SABERES TRADICIONAIS

Partimos do pressuposto que as camponesas do MMC/SC possuem uma série de aspectos comuns às populações tradicionais. Assim, ao analisarmos seus modos de vida, vemos que elas, como o caipira de “Os parceiros do Rio Bonito” (Candido, 2010), têm sua

vida (tradicional) ou o seu modo de vida (tradicional) pautado em um equilíbrio social, onde o tradicional ora se mantém, ora se (re)adequa de acordo com as mudanças da sociedade, existe “uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social [...] graças não só ao equipamento material como à organização adequada das relações” (Candido, 2010, p. 30–32).

Ainda reforça nosso entendimento, do forte vínculo das camponesas do MMC/SC com as populações tradicionais, o fato de fazerem parte dos povos dos ecossistemas que estabelecem ou possuem estratégias específicas de uso e apropriação dos recursos naturais; praticarem formas de produção rural de pequena escala (local) com trabalho intensivo, pequena produção de excedentes e reduzida utilização de energia; que, não dispondo de instituições políticas centralizadas, se organizam de forma comunitária e de forma consensual; que, além de compartilharem a mesma língua, religião, crenças, vestimentas, costumes e outras características que os identificam, possuem uma estreita relação com o território onde estão inseridos; têm uma visão de mundo singular, baseada num intercâmbio simbólico com o mundo natural, em atitudes de proteção, com uma relação de afetividade (menos materialista) com a terra e os recursos naturais; com certo grau de independência seja da sociedade e/ou da cultura hegemônicas e, que se identificam como tal (povos e comunidades tradicionais) (Toledo, 2001).

A relação entre os saberes das populações tradicionais e a agroecologia remonta a gênese da própria agricultura (Altieri, 1989, 2017), “a ciência e a prática da agroecologia tem a idade da própria agricultura” (Altieri, 1989, p. 25). Desde os tempos mais remotos, o ato de cultivar alimentos promove, além de uma série de conhecimentos, um constante aperfeiçoamento às mais diversas populações. Muitos destes conhecimentos que foram/são passados através das gerações hoje integram o que chamamos de agroecologia.

Na América Latina, a agroecologia é vista como consequência dos conhecimentos e práticas que as populações de indígenas e camponeses tinham e desempenhavam no seu cotidiano (Altieri, 2017), a partir das condições endógenas e integrados ao meio ambiente. A relação agroecologia e saberes das populações tradicionais tornou-se evidente para os pesquisadores. Pois, quanto maior o aprofundamento de pesquisas relacionadas às agriculturas camponesas e indígenas, maior a comprovação de que os sistemas agrícolas por eles desenvolvidos incorporam mecanismos que acomodam os diferentes cultivos às variáveis endógenas do meio ambiente natural (Ferrari, 2010). O estudo das ditas agriculturas tradicionais revelou sistemas agrícolas complexos, adaptados às condições locais, sendo agroecossistemas muito similares aos ecossistemas naturais (Hecht, 2012).

Por estes motivos, ao abordarmos a produção agroecológica, essencialmente vinculada a promoção e preservação da vida nos seus diversos níveis, não podemos cair na armadilha de acharmos que se trata de algo novo, da descoberta de um novo modo de produção capaz de conciliar o homem e o meio ambiente e, ainda resolver a gama de problemas gerados pelos modos de produzir e consumir na atualidade. O que ocorre é que a agroecologia, em muitos casos, é um enaltecimento e/ou uma valorização de formas de produzir alimentos saudáveis que contribuem para a (re)valorização de modos de vida tradicionais baseados em práticas ancestrais indígenas e campesinas.

Este modo de conhecimento resulta dos estímulos recebidos do mundo exterior, conhecido e experimentado por estas populações e, simultaneamente, de uma reconstrução mental realizada através da percepção, seguida por palavras, ideias, teorias (Morin, 2010) e saberes. Tal modo de produzir, com o passar dos tempos, acabou por proporcionar às populações inseridas neste processo um vasto conhecimento que foi passado e aprimorado de geração em geração, refletindo hoje em um modo de vida que, mesmo amparado pelo conhecimento científico, enaltece e revive práticas e saberes que foram construídos com base nos conhecimentos dos ancestrais.

É um modo de produzir que vem desde meu pai, meu avô, eles nem sabiam de agroecologia e já cuidavam da terra. Terra é vista como mãe a gente respeita, ama (Orquídea, 2020).

Esse jeito de produzir não é novo, os antigos já faziam. Eles cuidavam de tudo, sem usar nada de agrotóxicos e colhiam o suficiente para comer e até vender (Erva Santa Maria, 2020).

Neste sentido, é importante enfatizar que estes conhecimentos, denominados de saberes, ainda que em muitos pontos nos remetam ao passado, estão presentes nas diversas comunidades tradicionais, ou seja, não representam um modo de produzir deslocado no espaço-tempo. Essa ênfase é necessária para não cairmos no risco de produzir a não contemporaneidade do contemporâneo.

O nosso modo de produzir, de lidar com a terra, de evitar a infestação de pragas é um tipo de fazer que foi sendo passado de geração para geração até chegar aqui. Em cada lugar, de acordo com o que mais se precisava plantar e cuidar as pessoas mais antigas tiveram que se virar, senão perdia tudo. E não se tinha nenhum veneno. Nem sementes, era escolhido as mais bonitas e plantado. Tipo pegava uma espiga de milho bonita, tirava o milho das pontas, os menorzinhos e plantava o resto (Erva Santa Maria, 2020).

Muito do conhecimento que temos hoje, mesmo do que nós fazemos tem a ver com o que foi passado pelos nossos ancestrais. É um aprendizado que veio deles. Por exemplo lá em casa, meu pai sempre marcava no calendário quando e quanto chovia, daí assim ele sabia as épocas que teria mais chuva e plantava. Eles sempre cultivaram de tudo, lá em casa tinha muita fruta, hortaliças, de tudo. Eles observavam as fases da lua, dependendo da lua você pode plantar, pode podar as plantas, em outras não, pois a planta perde mais água. Para enfrentar os ataques das pragas até hoje a gente faz o que eles faziam, são caldas de arruda, de enxofre, fumeiro. Tudo isso ajuda a produzir e não agride o meio ambiente (Citronela, 2021).

Tais conhecimentos/saberes são frutos de um constante processo de (re)construção que alicerça suas bases em especificidades locais. Suas manifestações cotidianas revelam uma forma de conhecimento, procedimentos e abordagens, bem como formas de avaliação e transmissão, sendo construído a partir do modo de vida de tal grupo social e transmitido para as outras gerações. Possuem uma situação histórica, social e cultural (Lacey, 2019), são

fomentados em situações específicas e sintonizados com a ocorrência e o desenvolvimento das atividades nos locais de vivência destes grupos.

A alusão ao passado e a formas tradicionais de produção, que em muitos casos é colocada e/ou vista como sinônimo de arcaico e retrógrado, algo que precisa ser superado, está relacionada a uma série de fatores. Dentre estes podemos citar o fato de estarmos inseridos em um contexto que enaltece e divulga as práticas consideradas modernas e, por consequência, invisibiliza e desconsidera outros modos de produção, como é o caso dos tradicionais; pela relação que estes modos de produção tradicionais possuem com os movimentos sociais e/ou com as populações tradicionais e, consequentemente por alimentar ideais que causam pequenas fissuras no modelo capitalista de produção (Holloway, 2013).

As práticas baseadas nos conhecimentos/saberes populares, tradicionais, são um contraponto a propaganda do agronegócio, onde a imagem construída do espaço rural reflete a modernidade (pelos implementos e a tecnologia), a ausência de conflitos e a homogeneidade. Este tipo de imagem idealizada e amorfa do universo rural é desconstruída à medida que a diversidade existente no campo brasileiro, com suas tensões e conflitos, insiste em se apresentar, tomar forma e se (re)territorializar. Este movimento que colore (ainda que algumas vezes com o próprio sangue), dá forma e diversifica o campo brasileiro, também é fruto dos saberes tradicionais revividos e enaltecidos tanto pelos movimentos sociais como pelas populações tradicionais.

A construção destes saberes influencia e é influenciado, dialeticamente, na e pela construção da identidade das próprias comunidades, na sua autodenominação e na constante (re)construção dos laços que os mantêm territorializados. Desta forma, estes saberes ao proporcionarem esta dinamicidade e coesão às comunidades tradicionais não podem ser reduzidos apenas a um modo de produção, podendo sim, terem como uma de suas facetas alguns modos de produção que são 'reflexos' dos modos de vida destas populações. Neste sentido existirão tantas agriculturas quantos forem os agroecossistemas culturais dos povos que as realizam. Estes conhecimentos, pelo fato de serem gerados de forma interativa e socialmente apropriados de acordo com o contexto, seja de sua aplicação ou de suas implicações (Silva, 2014), apresentam uma horizontalidade dialógica.

Os conhecimentos/saberes das populações tradicionais possuem um importante papel no desenvolvimento endógeno sustentável. Este, entendido como um processo que "cresce de dentro" (Arguello & Cueva, 2009), pauta-se em estratégias que envolvem tanto a aplicação de conhecimentos e saberes locais, como abrangem as dimensões materiais, socioculturais e espirituais das populações que os constroem (Tapia, 2008, *apud* Arguello & Cueva, 2009). Constituindo em uma importante ferramenta para atuar nos enfrentamentos, a partir do local, aos efeitos proporcionados pelos mais diversos problemas que assolam o mundo, como é o caso da atual crise ecológica planetária, da exclusão causada pelo processo de globalização e das mazelas causadas pelo atual e insustentável modelo de acumulação (Arguello & Cueva, 2009).

Os conhecimentos tradicionais, como vimos, nos remetem ao passado, fazem parte do presente e podem dar sustentabilidade ao futuro. Neste sentido, a prática da agroecologia construída e reconstruída pelas mulheres camponesas, é a preservação dos saberes

ancestrais e ao mesmo tempo uma forma de preservação, mesmo que estes se modifiquem para atender as necessidades do momento atual, porém sem perder as suas características essenciais.

A AGROECOLOGIA COMO MODO DE RESISTÊNCIA AO SISTEMA HEGEMÔNICO

A agroecologia, embora também seja praticada por pessoas que buscam uma alternativa ao sistema hegemônico, é construída dentro do modo de produção capitalista, onde o Estado capitalista apresenta-se como representante que administra os negócios da classe dominante (Marx & Engels, 2008), e as organizações da sociedade civil agem como instrumento de reprodução e inculcação da ideologia dominante (Coutinho, 1999). Um dos marcos desta inserção do capitalismo no campo foi a modernização agropecuária conservadora. Esta, embora represente um processo de produção moderno e de alta produtividade explora, expropria e gera graves problemas socioambientais (Santos, 2008).

As consequências e/ou características do capitalismo o colocam em rota de colisão com os pressupostos e valores agroecológicos, entre outras coisas pelo fato da agroecologia possibilitar relações entre sociedade/natureza a partir de parâmetros mais equitativos. Essa equidade social defendida é, necessariamente, contrária a concentração de renda, a concentração fundiária e ao lucro como principal fim da produção de alimentos.

Neste sentido, a agroecologia defende a terra de trabalho (Martins, 1981), meio de reprodução das camponesas do MMC/SC, em contraposição a terra de negócio, meio de reprodução do capital. É nesta terra de trabalho que as camponesas do MMC/SC constroem suas vidas, na qual constroem estratégias para conquistas dos seus direitos sociais, da sua autonomia e da construção de uma agricultura que possibilite a libertação das mulheres de toda e qualquer amarra.

Por isso, enfrentar e/ou resistir ao sistema hegemônico significa buscar alternativas antagonistas ao capital, a exploração e a lei do mais-valor. Como afirma Negri (2016), este enfrentamento deve ser de luta, ruptura e criação e não restauração de algo que, para o atual contexto, deixa mais arestas. Ele deve formar sujeitos e propiciar um entendimento próximo ao que Cocco (2016) coloca sobre a teoria do comunismo, quando afirma que “não há teoria do comunismo que não seja uma teoria da formação do sujeito” (Cocco, 2016, p. 344).

Assim, poderíamos colocar, com as devidas ressalvas, que o processo de enfrentamento também pode ser uma teoria da formação do sujeito ao mesmo tempo, ou no mesmo contexto que a circulação do capital é uma condição que induz o movimento de socialização do capital e a construção de uma sociedade, uma ‘sociedade-vida/agroecológica’, que valorize a pluralidade de manifestações que este modo de vida possui e fomenta uma subjetividade revolucionária, base, segundo Negri (2016), para a “materialidade do comunismo” (p. 268), visto como imanente e atual, não um por vir do futuro.

A agroecologia se constitui numa forma de enfrentamento às mazelas do capitalismo contemporâneo, por ser um terreno fértil para a produção de subjetividades e singularidades, além de poder ser analisada em diferentes enfoques, seja como um campo científico, político, técnico e/ou como um movimento social (Abreu et al., 2012; Almeida, 2003, 2004; Gliessman, 2001; Toledo, 2016; Wezel et al., 2009). Neste sentido, Guattari e Rolnik (1986) reforçam a importância de se investir nas coletividades, nas multiplicidades e nos devires minoritários.

Desta forma, construir em cada um dos territórios revoluções moleculares que ajudem, não apenas na derrubada dos mecanismos de controle, mas propiciem alternativas à lógica imposta pelo atual modelo capitalista é uma das frentes da resistência que se pauta na agroecologia. Sendo necessário que cada um se afirme em sua singularidade, vivencie, “a articule com outros processos de singularização e que resista a todos os empreendimentos de nivelção de subjetividade” (Guattari & Rolnik, 1986). Todavia, Soares (2016), coloca que esta tarefa é árdua, pois o sistema capitalista possui uma capacidade ímpar, não apenas de também afirmar tais subjetividades, mas de assimilar suas divergências, de infiltrar-se e corrompê-las, impondo-lhes sorrateiramente sua lógica de valor e tornando-as mais um produto em suas prateleiras.

A vinculação da agroecologia com os movimentos sociais do campo se constitui numa forma de evitar a cooptação desta pelo sistema capitalista e a sua transformação em uma mercadoria. São eles que potencializam essa resistência e, mesmo a agroecologia possuindo um viés de produção de renda, quesito muito importante para a reprodução social dos vários movimentos sociais, ela não se deixa pasteurizar.

Todavia essa relação com o mercado se dá a partir de uma perspectiva que se distingue das relações tipicamente capitalistas, pois ao atrelar-se ao modo camponês de realizar a agricultura, com um forte capital ecológico que responde aos desafios de desenvolver um modo sustentável de produção, com circuitos curtos e desenvolver uma renda (justa) local (Paulino, 2008), ela pauta-se em relações de equidade social e reais possibilidades de autonomia.

Essa perspectiva de renda justa e possibilidade de autonomia também está presente no cotidiano nas camponesas do MMC/SC. Em suas falas é possível notarmos como este processo ocorre e que, o maior ganho nem sempre é o retorno financeiro.

A renda da família melhorou muito e depois que começamos com a produção orgânica. Nós abrimos o nosso sítio para as pessoas visitarem, isso valoriza, passa confiança para os consumidores. Eles não querem ver certificado de orgânico, eles querem ver como produzimos. Quando ele come o alimento, quer sentir o sabor bom do alimento. [...] eles pagam o preço justo pelos produtos, isso nos proporciona uma maior autonomia, nós já conseguimos muitas coisas a partir do que produzimos na nossa área (Erva Santa Luzia, 2020).

Minha produção além de alimentar a família com qualidade, o que é também uma economia, me proporcionou uma autonomia financeira que estimula a seguir produzindo (Penicilina, 2020).

A nossa maior renda é o fruto do trabalho para nosso autossustento, que contribui para nossa autonomia, com sementes e mudas em nossas mãos, permite mostrar que é possível produzir de forma saudável (Erva Baleeira, 2020).

A resistência ao capitalismo, segundo Guattari e Rolnik (1986), ocorrerá por meio de um investimento constante na coletividade, pois esta possui uma potência heterogênea que se manifesta de forma imanente como base das novas singularidades que serão percebidas nos indivíduos e nos grupos. Hardt e Negri (2004) também compartilham de um certo otimismo sobre a superação do capitalismo, os autores colocam que o capitalismo, ainda que pareça estar instalado no âmago do ser e se apropriando até mesmo do tempo, já não dá mais conta de todos os acontecimentos que ocorrem pelo mundo, mesmo os que ele potencializa.

Neste contexto eles trabalham com o termo multidão, afirmando que a mesma é múltipla, composta de inúmeras diferenças internas, que jamais poderão ser reduzidas a uma unidade, pois existem “diferentes culturas, raças, étnicas, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos” (Hardt & Negri, 2004, p. 12). Sendo a multidão uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares com a potencial capacidade de fomentar uma sociedade global alternativa.

Compreender a agroecologia como uma prática social que pode auxiliar na transformação da atual sociedade é analisá-la também dentro da perspectiva da multidão, pois ela traz consigo, dentre outras características da multidão, o fato de ser uma forma diferente de vida, de trabalho e de relação com o próprio planeta. Este processo que implica em transformação das relações sociais, nas possíveis mudanças do porvir e no reconhecimento destes grupos sociais como senhores de seus domínios. Este movimento é muito importante para todas as coletividades que empunham suas bandeiras a partir das periferias, dos pontos de exclusão pois, além de expor as mazelas causadas pelo sistema hegemônico suscitam a busca de alternativas que rompam com tal situação.

Uma forma de contribuir para o aumento das fissuras do sistema hegemônico, dentro do campo científico, está no fato da agroecologia representar um conjunto de “alternativas ao modelo de agricultura industrial da chamada *revolução verde*” (Santos & Chalub-Martins, 2012). É justamente na agroecologia, como coloca (Altieri, 2017), que surge uma corrente crítica à revolução verde. Esta era inapropriada para os camponeses, tanto por seu caráter homogeneizador quanto por utilizar tecnologia agroquímica de grande impacto ambiental.

Este fato também mostra que desde a década de 1970 o campesinato busca uma via agroecológica para enfrentar o agronegócio (Fernandes, 2019). Assis (2006) coloca que foi a partir daquele evento (revolução verde) que a agricultura tradicional muda sua lógica e passa a desconsiderar as regras ecológicas de gestão da natureza. Ela introduz e generaliza a ideia de modificar o ambiente visando um alto rendimento que algumas variedades possuem em detrimento da conservação da variabilidade genética que se adapta aos mais distintos ambientes ecológicos e socioculturais da maioria dos agricultores latino-americanos (Marasas & Sarandón, 2017).

Essas transformações ocorrem de forma generalizada e modificam as configurações territoriais, esse movimento, que também se apresenta pela tecnificação das relações de trabalho no meio rural, induzem, àqueles que tem condições materiais, a uma rápida inserção em um sistema mundializado e, aos desprovidos destas condições, a exclusão (Santos, 2008).

Desta forma, este modelo de produção é sinônimo de um grande prejuízo ambiental e social, que gera alto custo ambiental (Sarandón & Flores, 2014) e pode resumir-se pela insustentabilidade ambiental e incapacidade de ser usada pela maioria dos agricultores (Marasas & Sarandón, 2017). Com a revolução verde, a capacidade produtiva de muitas plantas ficou condicionada a administração de recursos não renováveis (combustíveis fósseis e minerais).

Assim, uma atividade que sempre fora baseada no uso racional dos recursos sustentáveis, quando passa a ter práticas modernas de produção tem, dentro de um curto período de tempo, sua sustentabilidade questionada devido aos seus graves impactos econômicos, sociais e ecológicos (Sarandón & Flores, 2014). A mundialização do capital transformou a agricultura de base camponesa em uma agricultura capitalista, apoiada na revolução verde e agroquímica e, no discurso neoliberal contra os subsídios, indispensáveis à agricultura camponesa (Oliveira, 2015, 2012, 2016).

Como se não bastassem estas premissas da revolução verde, quando relacionada a mundialização do capital, ela é um elo importante no processo de produção e reprodução do capital em escala mundial. Pois, na medida que condiciona outros elos a produzirem, como é o caso dos produtores e/ou dos fornecedores de equipamentos e insumos, também permite que o capital se reproduza a partir de juros, valorizando-se sem ter qualquer relação com a produção de mercadorias.

Esse processo, ainda que seja homogeneizante, ocorre de forma heterogênea, modificando, em prol de suas necessidades, os territórios, as políticas, as questões econômicas, culturais e ambientais. E se estas últimas, por algum motivo mudam, ele se metamorfoseia na mesma proporção a fim de novamente abarcá-las.

Este movimento acaba por gerar uma desregulamentação financeira que contribui para o aumento da miséria, destruição ambiental e precarização do trabalho (Lara et al., 2012); pontos estes que a agroecologia busca combater. Assim, ao analisarmos estas questões, notamos que a revolução verde está vinculada aos processos de unificação do mercado, pois relaciona-se intensamente com empresas mundiais que coordenam, em escala planetária a concepção, o modo de produzir e a distribuição de produtos e serviços (Benko, 1996).

Na perspectiva do capitalismo monopolista mundializado a agricultura está pautada na tríade produção de *commodities*, bolsa de mercadorias e de futuros e na formação de empresas monopolistas mundiais (Oliveira, 2015). Neste contexto produzir alimentos, parece ter se tornado algo ultrapassado e, dentro desta nova lógica o intuito é produzir mercadorias em escala mundial. É, para esta função que a modernização agrícola se volta, produzir *commodities* é a nova toada. Mesmo que implique em graves consequências sociais, econômicas e ambientais.

Ainda com relação ao processo de mundialização do capital, Chesnais (1996) coloca que este processo atuou de forma a integrar o capital em escala mundial, induziu tanto a criação como a fusão de empresas mundiais. A mundialização do capital é consequência de dois movimentos que atuam interligados, mesmo sendo distintos. O primeiro é a longa fase sem interrupção de acumulação de capital desde 1914 e o segundo, refere-se às políticas impulsionadas pelos governos de Reagan e Thatcher que deram ênfase aos processos de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento das conquistas sociais e democráticas.

Este processo propiciou a hegemonia das multinacionais, que expressam um capitalismo disposto a superar as contradições comuns da disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais (Oliveira, 2012). Assim, o capitalismo industrial e financeiro centrado nas economias nacionais dá lugar para um capitalismo centrado na economia mundial que transforma os modos de relação entre Estado e empresas, estas últimas passam a ter o controle da economia em escala mundial e influenciam ou ditam, no caso da agricultura, que deve ou não ser produzido.

Essa forma de produção agrícola, baseada na lógica do mercado, aumenta a exclusão de parcela de agricultores, como demonstra Santos (2008), indicando a necessidade tanto de uma reanálise da relação entre eficácia produtiva e a justiça social, quanto das interações existentes entre a lógica econômica e as instituições políticas, sejam elas locais ou globais (Benko, 1996). Essa nova dinâmica também é estimulada por dois setores que terão grande interesse na difusão deste modelo, o financeiro, que desenvolve e proporciona linhas de crédito específicas para determinados tipos de produção e as empresas multinacionais, que desenvolvem as tecnologias necessárias para a implementação de tais modos de produção (Santos & Chalub-Martins, 2012).

Outro agente que influenciou significativamente neste processo de mundialização do capital foi o papel do Estado. “O triunfo atual do “mercado” não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos” (Chesnais, 2001, p. 10). Sua influência deve-se tanto pela sua não participação, ou seja, omissão como pelo modo que passou a atuar nesta esfera. Com relação a sua não participação na economia, isto ocorre porque, a partir da ótica capitalista o Estado não deve participar/colocar regras na economia deixando o mercado livre no mundo todo, ou seja, é a “não participação do Estado na economia e, na liberalização total do comércio (mercado livre) em nível mundial” (Oliveira, 2015, p. 229).

Com relação ao modo que o Estado, no caso o Brasil, passou a participar desta nova ótica de acumulação, podemos citar o seu aporte financeiro à formação de monopólios. O fato de os Estados terem, segundo Plihon (1995), recorrido aos mercados financeiros internacionais para financiar suas dívidas, além de contribuir significativamente para o desenvolvimento das finanças mundiais, induziu o crescimento do mercado internacional de títulos de dívida que são sustentados pelos empréstimos públicos. Sendo a dívida pública “o suporte privilegiado das aplicações internacionais” (Plihon, 1995, p. 68).

Ela se torna e/ou acaba gerando um ciclo. Se por um lado ela atende às necessidades que os Estados passam a ter com relação aos financiamentos de seus *déficits* orçamentários,

por outro ela se transforma em um “bebedouro”, que sacia a sede de lucros dos fundos de pensão, das companhias de seguro e de outros grandes monopólios que adquiriram tais títulos juntos aos Estados (Chesnais, 1996). Diante deste contexto o Estado torna-se uma espécie de “marionete” nas mãos dos grupos que detêm o capital e, suas ações tornam-se previsíveis e sempre em função do estímulo ou das exigências de grupos que monopolizaram a economia mundial.

Essa realidade, regulamentada pelas grandes empresas agroindustriais, pelos grandes distribuidores de alimentos (como as grandes redes de supermercados) e pelo Estado (que atua a partir da perspectiva do capital), induz(iu) os agricultores a se adaptarem a certos padrões produtivos, ou seja, a produzirem determinados produtos que irão fazer parte de toda uma cadeia de produção, onde serão apenas mais um elo, sem muita autonomia, desta corrente. Neste contexto, a dependência em relação ao capital financeiro acaba sendo uma constante (Ploeg, 2009), repercutindo no fato de ser cada vez mais difícil para os agricultores realizarem quaisquer atividades relacionadas a produção de alimentos sem estarem subordinados aos grandes impérios alimentares (Fernandes, 2019; Ploeg, 2019), que representam a ordem dominante e possuem a tendência de marginalizar e aniquilar o campesinato. Desta forma, onde quer que se materializem, os impérios alimentares, geram os mais diversos conflitos com o campesinato (Ploeg, 2008).

Outro fator que contribuiu para a rápida expansão do modelo hegemônico de produção refere-se à criação ou oferecimento (aos agricultores) de linhas de crédito exclusivas para os produtos que atendessem aos interesses destas corporações, privilegiando os setores capitalizados voltados para a produção dos *commodities* (Savoldi & Cunha, 2010) necessários para a formação e manutenção de um modelo de produção e consumo cada vez mais padronizado e centralizado. Este fator, além de levar a uma queda da diversidade dos produtos (Santos & Chalub-Martins, 2012) promoveu o capital como “novo modo de ordenamento dominante para a estruturação da produção agrícola, do processamento e do consumo de alimentos em escala global” (Ploeg, 2008, p. 23).

Este contexto se articula a livre circulação de capitais, a homogeneização da produção agrícola, a dependência dos Estados em relação a produção de determinadas *commodities* e a consequente exclusão de uma significativa parcela de agricultores que não conseguem cumprir com os pré-requisitos impostos para conseguir financiamentos junto aos bancos. Neste rol de exclusão, também estão aqueles que não conseguiram pagar os financiamentos que adquiriram junto às instituições financeiras (Paulino, 2012), aqueles que por não preencherem requisitos mínimos para conseguir tais empréstimos, foram excluídos do processo e, os que por opção, não se submeteram aos padrões hegemônicos.

Este modelo com o uso intensivo dos agrotóxicos, da mecanização e da dependência financeira tem impacto nas comunidades camponesas, causando problemas como a desapropriação das terras, a migração para as cidades (Fernandes, 2019) e/ou o aumento das fileiras dos agricultores que irão protagonizar a gênese de movimentos que lutam pela terra. Fernandes (2019) ainda coloca que “a *revolução verde* desconectou o campo da cidade e a comida da natureza” (Fernandes, 2019, p. 192). A produção de alimentos, desde então, passa gradualmente, não sem resistência dos camponeses, a ser controlada pelas grandes

corporações, que operam em nível global controlando os setores mais importantes de toda a cadeia de produção, processamento, distribuição e consumo dos alimentos (Ploeg, 2019).

Neste contexto, a agroecologia torna-se uma alternativa de produção, não apenas de alimentos, mas de modos vida, de subjetividades, de liberdades, assim como, um exemplo de resistência frente ao homogeneizante e degradante modo de produção hegemônico que, paradoxalmente, concede liberdade e promove a produtividade imanente à vida, à medida que se reproduz. Assim, o modo de produção capitalista ao saciar suas necessidades também lança as bases de uma ordem social e econômica que lhe é antagônica (Hardt & Negri, 2016).

É neste 'movimento' que a agroecologia participa deste antagonismo, pois representa um modo de produção que utiliza os recursos endógenos, gerando um baixo impacto ambiental e energético (Altieri, 1989; Gliessman, 2001), é usuária e desenvolvedora de tecnologias locais que refletem as singularidades e arranjos evolutivos únicos e diversificados. Incorporadora de ideias ambientais e sociais que ultrapassam o simples uso de técnicas agrícolas (Almeida, 2004), sendo reflexo um modo de vida que é resultado de vários séculos de adaptações e manejos que no decorrer da história garantiram tanto a segurança alimentar como a conservação da biodiversidade (Altieri, 2004).

Surgindo como resposta a toda essa dissonância produzida pela (ir)racionalidade capitalista, a agroecologia apresenta possibilidades de produção mais harmônicas e integradas com os ecossistemas locais e com a agricultura e/ou modo de produção camponês. Estes quesitos, no panorama mundial atual (crises econômicas e financeiras, combinadas com as alimentares) devem ser enaltecidos como elementos fundamentais para quaisquer projetos que buscam ser alternativas aos problemas atuais (Ploeg, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscamos a partir das reflexões de diferentes teóricos e de relatos de mulheres camponesas, destacar a resistência ao sistema hegemônico a partir das práticas da agroecologia. Uma resistência que prima pelos conhecimentos dos povos do campo, a valorização destes e a preservação do meio ambiente, numa perspectiva de equidade. O modelo pautado na agricultura tradicional com uso intensivo de produtos agroquímicos, na exploração da terra e do trabalho que promove a homogeneização de saberes e paisagens é fomentador da exclusão social e da destruição da diversidade, por isso é contestado pelos movimentos sociais, especialmente destacamos o das Mulheres Camponesas.

Neste sentido a relação campesinato e agroecologia acaba formando uma diáde com grande potencial nesta empreitada de construção de alternativas que possam contribuir, não apenas no processo de fissurar o modo hegemônico de produção, mas em estimular a gênese nos mais diversos territórios de novas estruturas de propriedade como alternativas às estruturas corporativas dominantes, uma revolução no âmbito do local, da propriedade (Capra & Luisi, 2014).

Ela também pode ser relacionada com o que Guattari (2001) chama de ‘revolução molecular’, que almeja uma articulação ético-política entre os três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana (Guattari, 2001). Culminando na transformação de ecossistemas, que fomentam mudanças (ambientais e socioculturais) que repercutem culturalmente nos grupos humanos que vivem em consonância com o ecossistema onde estão inseridos (Whitaker et al., 2011). Construindo uma agricultura baseada na diversidade da produção agrícola, fator essencial, não apenas para sua estabilidade e sustentabilidade, como para a redução da dependência dos camponeses em relação ao Estado e ao capital financeiro (Ploeg, 2009). Neste sentido, as práticas agroecológicas e o campesinato promovem um retorno a natureza (Ploeg, 2008), movimento que, além de lhes ser intrínseco, constrói uma resposta/alternativa pautada na vida face a degradação ambiental promovida pela já dita (ir)racionalidade capitalista.

Neste sentido, o que chamamos de prática agroecológica, também pode ser analisada como um agente causador e/ou consequência de um modo de vida. É uma relação dialética, de complementariedade, que encobre ou desconsidera a necessidade de vermos singularizado o agente causador, libertando-nos de nossa, talvez necessária e cômoda, ‘escravidão causa-consequência’, nos levando a uma espécie de paradoxo e mostrando a complexidade ou até mesmo a caoticidade do mundo real.

Diante da complexidade, ou seja, da zona de incerteza que existe nos sistemas ricamente organizados (Morin, 2015), sejam eles naturais ou científicos. A agroecologia, ciente da impossibilidade da obtenção do conhecimento em sua completude, apresenta-se como ciência multidimensional e transdisciplinar. Assim, para compreender o mundo ela busca de forma concomitantemente o que está entre, através e além de quaisquer disciplinas ou saberes, apresentando um modo específico de ver e compreender a natureza, a vida e, por que não dizermos a própria humanidade.

A valorização dos saberes tradicionais também é um apelo por mais justiça aos conhecimentos, em especial àqueles oriundos das populações rurais, conhecimentos que, historicamente, foram forjados na luta, na exclusão, na opressão e na discriminação. Que nos permite olhar a realidade sob um outro foco e, por consequência, nos possibilita colocarmos diante da ‘verdade estabelecida pela ciência’ uma outra perspectiva de compreender o mundo, de dar forma a novos objetos e poder a outros territórios. Parafraseando Haraway, poderíamos dizer que é uma forma de olhar a partir da periferia e dos abismos, é apresentar uma visão de baixo, do grande subterrâneo dos saberes subjugados (Haraway, 1995).

Evidente que este processo é gradativo, sua possibilidade está, em muitos casos, não no confronto direto, mas na medida que agem como modelos persuasivos para a mudança. É importante mostrar, seja para os governantes (autoridades regulatórias), para as instituições científicas (universidades), produtores e consumidores, que as variedades locais têm maior potencial diante das necessidades associadas à tolerância a pragas, não carecem tanto de insumos exógenos, têm melhor aceitação pelos consumidores, sua produtividade, a partir de sementes próprias, ‘guardadas’ pelos agricultores, contribui para uma maior autonomia do produtor e, proporciona uma maior equidade social. Tais pontos devem atuar como uma espécie de combustível propulsor para todos aqueles atores sociais que

almejam transformar o atual modelo hegemônico de agricultura que, além de excluir e gerar mais desigualdades sociais, degrada os recursos do planeta como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, L. S. de, Lamine, C., Brandenburg, A., Bellon, S., & Mazarotto, A. V. de S. (2012). Agroecologia, movimento social, ciência, práticas e políticas públicas: Uma abordagem comparativa. *Cadernos de Agroecologia*, 6(2), Artigo 2. <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/12323>
- Almeida, J. (2003). A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaio FEE*, 24(2), Artigo 2. <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/734>
- Almeida, J. (2004). Agroecologia: Nova ciência, alternativa técnico-produtiva ou movimento social? Em A. Ruschinsky (Org.), *Sustentabilidade: Uma paixão em movimento* (p. 88-101). Sulina.
- Altieri, M. A. (1989). *Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa* (2º ed.). PTA-FASE.
- Altieri, M. A. (2004). Linking ecologists and traditional farmers in the search for sustainable agriculture. *Frontiers in Ecology and the Environment*, 2(1), 35-42. [https://doi.org/10.1890/1540-9295\(2004\)002%255B0035:LEATFI%255D2.0.CO;2](https://doi.org/10.1890/1540-9295(2004)002%255B0035:LEATFI%255D2.0.CO;2)
- Altieri, M. A. (2017). *Historia de la agroecología en América Latina y España*. SOCLA.
- Arguello, M., & Cueva, K. (2009). La revalorización de la agroecología andina: Estrategia local de diálogo de saberes para enfrentar problemas globales. *Letras Verdes. Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales*, 5, Artigo 5. <https://doi.org/10.17141/letrasverdes.5.2009.850>
- Benko, G. (1996). *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. Hucitec.
- Candido, A. (2010). *Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida* (11º ed.). Ouro sobre azul.
- Capra, F., & Luisi, P. L. (2014). *A Visão Sistêmica da Vida: Uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. Cultrix.
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do Capital*. Xamã.
- Chesnais, F. (2001). Mundialização: O capital financeiro no comando. *Revista Outubro*, 02(5), 7-28.
- Citronela. (2021, outubro). *Entrevista pessoal* [Entrevista com Wladimir Teixeira Schuster]. Quilombo/SC.
- Cocco, G. (2016). Negri além de Negri. Em *Marx além de Marx: Ciência da crise e da subversão - Cadernos de trabalho sobre os Grundrisse* (p. 323-349). Autonomia Literária.
- Comitê invisível. (2013). *A insurreição que vem*. Edições Baratas.
- Coutinho, C. N. (1999). *Gramsci. Um Estudo Sobre Seu Pensamento Político* (1ª edição). Civilização Brasileira.
- Erva Baleeira. (2020, setembro). *Entrevista pessoal* [Entrevista com Wladimir Teixeira Schuster]. Palma Sola/SC.
- Erva Santa Luzia. (2020, setembro). *Entrevista pessoal* [Entrevista com Wladimir Teixeira Schuster]. São Miguel do Oeste/SC.
- Erva Santa Maria. (2020, novembro). *Entrevista pessoal* [Entrevista com Wladimir Teixeira Schuster]. Maravilha/SC.
- Fernandes, B. M. (2019). Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares, movimentos alimentares. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, 4(7), Artigo 7. <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/563>
- Ferrari. (2010). *Agricultura familiar camponesa, agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica* [Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)]. Universidade Federal de Viçosa - UFV.

- Gliessman, S. R. (2001). *Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável* (2º ed.). Universidade/UFRGS.
- Guattari, F. (2001). *As três ecologias* (11º ed.). Papirus.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Vozes.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.
- Hardt, M., & Negri, A. (2004). *Multidão: Guerra e democracia na era do Império* (1º ed.). Record.
- Hardt, M., & Negri, A. (2016). *Bem estar comum* (1º ed.). Record.
- Hecht, S. (2012). A evolução do pensamento agroecológico. Em M. A. Altieri (Org.), *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável* (3º ed., p. 25-41). Expressão Popular.
- Holloway, J. (2013). *Fissurar o Capitalismo*. Publisher Brasil.
- Lacey, H. (2019). Ciência, valores, conhecimento tradicional/indígena e diálogo de saberes. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 50(0), Artigo 0. <https://doi.org/10.5380/dma.v50i0.65422>
- Lara, R., Lupatini, M., & Tristão, E. L. (2012). O processo de mundialização do capital e sua forma -adequada- de conhecimento. *Revista Histedbr On-Line*, 9(33e), 65-91. <https://doi.org/10.20396/rho.v9i33e.8639528>
- Marasas, M., & Sarandón, S. J. (2017). Breve historia de la agroecología en la Argentina: Orígenes, evolución y perspectivas futuras. Em M. A. Altieri (Org.), *Historia de la agroecología en América Latina y España* (p. 93-102). SOCLA.
- Marcuse, H. (1982). *A ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional*. Zahar.
- Martins, J. de souza. (1981). *Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Hucitec.
- Marx, K., & Engels, F. (2008). *Manifesto do partido comunista*. Expressão Popular.
- Menegat, M., Germani, G. I., & Gorsdorf, L. F. (2015). Estratégias de resistência à barbárie capitalista: Os mundos do trabalho e da vida (mesa 2). *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*, 16. <https://doi.org/10.33026/peg.v16i0.3532>
- MMC, M. de M. C.-. (2021, novembro 2). *Quem Somos*. <https://mmcbrasil.org/home/quem-somos-e-nossa-missao/>
- Morin, E. (2010). *A Religação dos Saberes-O Desafio do Século XXI* (9º ed.). Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2015). *Introdução ao pensamento complexo* (5º ed.). Sulina.
- Negri, A. (2016). *Marx além de Marx: Ciência da crise da subversão-Cadernos de trabalho sobre os Grundrisse* (1º ed.). Autonomia Literária.
- Oliveira, A. U. (2015). A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: O lugar mundial da agricultura brasileira. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, 19(2). <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.102776>
- Oliveira, A. U. de. (2012). A mundialização da agricultura brasileira. *XII Colóquio Internacional de Geocrítica*, 15.
- Oliveira, A. U. de. (2016). *A mundialização da agricultura brasileira*. Iandê Editorial.
- Orquídea. (2020, agosto). *Entrevista pessoal* [Entrevista com Wladimir Teixeira Schuster]. Nova Erechim/SC.
- Paulino, E. T. (2008). Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. *Agrária (São Paulo. Online)*, 9, Artigo 9. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i9p85-95>
- Paulino, E. T. (2012). *Por uma geografia dos camponeses* (2º ed.). UNESP.
- Penicilina. (2020, outubro). *Entrevista pessoal* [Entrevista com Wladimir Teixeira Schuster]. Itapiranga/SC.
- Plihon, D. (1995). A ascensão das finanças especulativas. *Economia e Sociedade*, 4(2), Artigo 2.

- Ploeg, J. D. V. der. (2008). *Componeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização* (1º ed.). Editora da UFRGS.
- Ploeg, J. D. V. der. (2009). Sete teses sobre a agricultura camponesa. *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*.
- Ploeg, J. D. V. der. (2019). Imperios alimentarios, soberanía alimentaria y luchas sociales. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, 4(7), Artigo 7. <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/561>
- Santos, F. P. dos, & Chalub-Martins, L. (2012). Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 38(2), 469–484. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000008>
- Santos, R. A. dos. (2008). *O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná* [Tese (doutorado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP]. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105021>
- Sarandón, S. J., & Flores, C. C. (2014). *Agroecología: Bases teóricas para el diseño y manejo de Agroecosistemas sustentables*. Editorial de la Universidad Nacional de La Plata (EDULP). <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/37280>
- Savoldi, A., & Cunha, L. A. (2010). Uma abordagem sobre a agricultura familiar, prona e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970. *REVISTA GEOGRAFAR*, 5(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17780>
- Silva, J. de S. (2014). Agroecologia: Uma ciência para a vida e não para o desenvolvimento. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 31(1), 163–168.
- Soares, F. M. (2016). A produção de subjetividades no contexto do capitalismo contemporâneo: Guattari e Negri. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(1), Artigo 1.
- Toledo, V. M. (2001). Povos/Comunidades Tradicionais e a Biodiversidade. Em S. Levin, R. Colwell, G. Daily, J. Lubchenco, H. Mooney, E. Schulze, & D. Tilman (Org.), *Encyclopedia of biodiversity* (Vol. 1–1). Academic Press.
- Toledo, V. M. (2016). A Agroecologia é uma revolução epistemológica. *Revista Agriculturas*, 13(1), 42–45.
- Wezel, A., Bellon, S., Doré, T., Francis, C., Vallod, D., & David, C. (2009). Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 29(4), 503–515. <https://doi.org/10.1051/agro/2009004>
- Whitaker, V., Whitaker, D., & Souza, M. (2011). Subjetividade, Ciência e Natureza. Em *Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente: Os Desafios da Interdisciplinaridade*. PUBLIT.